

Nilma Lino Gomes assume Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos

(Portal Brasil, 02/10/2015) Nilma Lino chefiava a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e foi a primeira mulher negra a assumir a reitoria de uma universidade federal no Brasil

Na reforma administrativa anunciada pela presidenta Dilma Rousseff, nesta sexta-feira (2), o recém criado Ministério das Mulheres da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos terá como objetivo fortalecer e aprimorar as políticas de gênero, de combate ao racismo e de proteção dos direitos humanos no País. À frente da pasta estará a acadêmica Nilma Lino, que já chefiava a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Ela foi também a primeira mulher negra a assumir a reitoria de uma universidade federal no Brasil.

Leia também:

[Nilma Lino Gomes é indicada como titular do Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos \(Seppir, 02/10/2015\)](#)

[Nilma Lino vai acumular comando de Direitos Humanos e Mulheres \(G1 - 02/10/2015\)](#)

[Dilma anuncia reforma com redução de oito ministérios e corte de 3 mil cargos comissionados \(Portal Brasil, 02/10/2015\)](#)

Em entrevista ao Blog do Planalto, Nilma afirmou que a nova organização da pasta representa um grande desafio na promoção de políticas públicas para o País, além de destacar que a indicação de seu nome para o cargo representa o compromisso Estado brasileiro de incorporar a diversidade também na forma como compõe seu primeiro escalão.

“Acho que a minha indicação é a expressão do compromisso da nossa presidenta, do compromisso do governo federal com os movimentos sociais,

com uma parcela da população que apoia esse governo, que está junto conosco, que é beneficiado pelas nossas políticas, de mostrar que o Estado brasileiro incorpora sua diversidade também na forma como compõe o seu primeiro escalão”, afirmou.

E garantiu que pretende promover o fortalecimento das políticas voltadas às mulheres, à igualdade racial e à promoção dos direitos humanos, por meio de um intenso diálogo com a sociedade civil capaz de fazer com que a integração das antigas pastas resulte em políticas públicas cada vez mais inovadoras e eficazes para o País. Para Nilma Lino, a reforma anunciada não traz ruptura ou descontinuidade para o governo, mas o aprimoramento do que já tem sido feito.

“Esse ministério é um grande desafio, é uma organização nova. Nós pretendemos dar continuidade e integrar políticas de promoção de igualdade racial, as políticas voltadas para as mulheres, para os direitos humanos. Queremos dialogar com a sociedade para que possamos trabalhar de forma cada vez mais integrada e que isso possa fortalecer as políticas que já vêm acontecendo, além de sermos criativos de forma a construirmos novas políticas”, acrescentou.

Acesse no site de origem: [“Minha indicação é expressão do compromisso de Dilma com movimentos sociais”](#), afirma ministra (Portal Brasil, 02/10/2015)

Nilma Lino vai acumular comando de Direitos Humanos e Mulheres

(G1/Política, 02/10/2015) Primeira negra a presidir universidade federal, ministra não é filiada a partido

Nomeada pela presidente Dilma Rousseff para ocupar o novo Ministério que unirá a Secretaria de Política de Promoção da Igualdade Racial, a Secretaria de Direitos Humanos, e a Secretaria de Políticas para as Mulheres, Nilma Lino Gomes foi a primeira mulher negra a assumir a reitoria de uma universidade federal no país. A ministra, que já chefiava a pasta da Igualdade Racial, não é filiada a nenhum partido.

Leia também:

[Dilma anuncia reforma com redução de 39 para 31 ministérios \(G1/Política, 02/10/2015\)](#)

Em abril de 2013, Nilma foi empossada reitora da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), com sede em Redenção (CE).

Nilma é pedagoga, graduada pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), onde também fez o mestrado em educação. Ela tem doutorado em ciências sociais pela Universidade de São Paulo e pós-doutorado, em sociologia, pela Universidade de Coimbra (Portugal).

Entre 2004 e 2006, presidiu a Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN) e desde 2010 integrou a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, onde participou da comissão técnica nacional de diversidade para assuntos relacionados à educação dos afro-brasileiros.

Nilma Gomes substituiu, no início deste ano, a socióloga Luiza Helena de Bairros na Secretaria de Política de Promoção da Igualdade Racial.

Acesse no site de origem: [Nilma Lino vai acumular comando de Direitos Humanos e Mulheres](#)

Multiplicam-se as manifestações contra junção da SPM, Seppir e SDH na reestruturação ministerial

Diversos organismos de Estado e de governos, movimentos sociais e sindicais, organizações da sociedade civil e especialistas têm se manifestado contra a possibilidade de que as secretarias de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, de Promoção da Igualdade Racial e de Direitos Humanos sejam incorporadas em uma única pasta, até o momento noticiada como um futuro Ministério da Cidadania.

Na semana passada, a Agência Patrícia Galvão já havia divulgado posicionamentos de juristas, pesquisadores e especialistas contra a junção das secretarias. Nesta edição, o Informativo da Agência traz um compilado sobre o tema.

[Nota das Promotoras Legais Populares sobre a extinção da SPM/PR \(30/09/2015\)](#)

[Organismos de gestão e sociedade civil pedem em carta permanência da SPM \(29/09/2015\)](#)

[Marcha das Margaridas envia carta a Dilma contra fim da SPM \(29/09/2015\)](#)

[Bancada feminina manifesta inconformismo com extinção da SPM, por Mônica Bergamo \(29/09/2015\)](#)

[Núcleos Especializados da Defensoria de SP divulgam nota de repúdio à desestruturação da SPM e Seppir \(28/09/2015\)](#)

[Coordenação Nacional de Entidades Negras: manter e fortalecer a secretaria de políticas de promoção da igualdade racial \(28/09/2015\)](#)

[Nota da CUT sobre a fusão da SPM, SEPPIR, SNJ e SDH \(28/09/2015\)](#)

[Educafro faz carta aberta à presidenta Dilma e a todos os partidos da base aliada \(28/09/2015\)](#)

[Nota da Articulação de Mulheres Brasileiras sobre os rumos da reforma ministerial e possível rebaixamento da SPM, SEPPIR e SDH \(28/09/2015\)](#)

[Nota da Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial de Alagoas em defesa da SEPPIR, SPM e SNJ - Nenhum direito a menos \(28/09/2015\)](#)

[Movimentos antirracistas: Nenhum direito a menos, democracia se faz com diálogo e participação \(27/09/2015\)](#)

[Comissão da Mulher do Conselho Nacional de Defensores Públicos manifesta preocupação pela possibilidade de extinção da SPM \(26/09/2015\)](#)

[Juristas e especialistas consideram fusão ministerial “apagão histórico” \(Aviso de pauta da Agência Patrícia Galvão, 25/09/2015\)](#)

[Nota da Rede Feminista de Saúde sobre Extinção da SPM \(25/09/2015\)](#)

[Nota Pública da Marcha Mundial das Mulheres sobre mudança Ministerial da SPM e SEPPIR \(24/09/2015\)](#)

[Gestoras enviam carta à presidenta Dilma em defesa da SPM como ministério \(23/09/2015\)](#)

[Feministas criticam ameaça de extinção da SPM, Seppir e SDH \(Aviso de pauta da Agência Patrícia Galvão, 22/09/2015\)](#)

Nota das Promotoras Legais Populares sobre a extinção da

SPM/PR

(Promotoras Legais Populares, 30/09/2015) O atual quadro político do país é muito preocupante, principalmente para nós mulheres. Não é por menos que, nesse contexto, o Brasil elegeu seu congresso nacional mais conservador desde 1964. Como se já não bastasse vivermos em uma sociedade machista e patriarcal que nos violenta de todas as formas pelo simples fato de sermos mulheres, essa representação do conservadorismo faz com que enfrentemos várias ameaças de retrocesso diariamente.

Ameaças na figura do projeto de lei 5069/2013 que, na surdina de sua tramitação no Congresso, objetiva ferir os Direitos Sexuais e Reprodutivos das Mulheres já garantidos por lei, como a lei 12.845/2013. Esses direitos incluem o aborto legal em caso de estupro e o atendimento humanizado no SUS para casos de violência sexual, incluindo acesso a medicamentos para prevenir consequências ainda mais agravantes advindas dessa violência, como doenças sexualmente transmissíveis e a concepção indesejada. Apresentar um projeto de lei que visa criminalizar o acesso das mulheres a seus direitos no sistema de Saúde para casos de violência sexual é uma afronta não somente às mulheres, mas à toda a sociedade, especialmente em um país, cujos números e projeções mostram que a cada 12 segundos uma mulher é estuprada.

A Lei Maria da Penha (11.340/2006), que trata da questão das mulheres em situação de violência doméstica e familiar, e a Lei do Feminicídio (Lei 13.104/2015), que tipifica o assassinato de mulheres ocorrido por “menosprezo ou discriminação à condição de mulher”, são também avanços que significam vitórias do movimento feminista e de mulheres pelo direito de vivermos todas uma vida sem violência. Avanços esses que a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM) têm ajudado a ampliar com iniciativas como a Campanha “Compromisso e Atitude pela Lei Maria da Penha – A lei é mais forte” que tem como escopo unir os atores que compõem o sistema de Justiça a fim de combaterem a impunidade e a violência contra as mulheres de forma mais integrada.

Nós mulheres estamos ainda longe de experimentar plenamente a igualdade

de direitos. Infelizmente, apesar de sermos 52,13% do eleitorado brasileiro, ainda somos minoria nas casas legislativas em todos os níveis, federal, estaduais e municipais - mal chegamos a 10% de representatividade naquelas em que somos em maior número; apesar de sermos 42,79% da força de trabalho formal do país, ainda ganhamos 30% menos do que os homens executando o mesmo trabalho - para as mulheres negras essa diferença chega a 50%; apesar do sucesso gradual de nossa luta para estarmos presentes e atuantes nos espaços fora de casa, ainda sofremos abusos de toda ordem, especialmente sexual, quando circulamos pelas ruas e usamos o transporte público; apesar de sermos pessoas de carne e osso, sofremos violência simbólica na mídia que nos apresenta como seres irrealis, minimizados em nossa diversidade e em nosso potencial, coisificando-nos e reproduzindo e reforçando estereótipos machistas que tentam retirar de nós a condição de ser humana e dotada de direitos.

Poderíamos enumerar milhares de outras violências que vivenciamos diariamente, mas hoje estamos aqui, a algumas semanas da Campanha dos “16 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher” para REPUDIAR a mais atual e contundente violência que estamos prestes a sofrer, que é a extinção da SPM e a sua fusão, com a SEPPIR e SDH, em um só ministério.

O que a Presidência da República pretende fazer configura um grande e irreparável retrocesso frente às conquistas que as mulheres alcançaram nesses últimos séculos. Isto porque, a SPM representa, simbolicamente, o Compromisso do Estado Brasileiro em garantir às mulheres uma vida com menos desigualdade e livre de violência.

Ainda há muito a ser feito, mas com certeza estamos no caminho certo para a busca da Igualdade entre os gêneros e o fim da violência contra a mulher. E podemos dizer, sem sombra de dúvida, que o papel hoje desempenhado pela Secretaria é de suma importância para a promoção dos direitos das mulheres, bem como para a criação e efetivação de políticas públicas para estas. Em suma, a SPM representa um instrumento de democratização do Estado que tem como pauta principal defender as mulheres e reconhecer a sua tão negligenciada cidadania.

Ao tomar tal decisão de fusão das secretarias, sob a justificativa de corte de

gastos com a Reforma Ministerial, a presidenta faz com que nós, mulheres, voltemos para a invisibilidade histórica, política e social que tanto lutamos para sair.

Extinguir a SPM é pedir para que nós, mulheres, paguemos com nossos direitos, o custo da crise na qual o país se encontra. E isso, presidenta, é um preço que não estamos dispostas a pagar, pois nossos direitos são irrenunciáveis e, após séculos de repressão, não aceitamos dar mais nenhum passo para trás.

São Paulo, 30 de setembro de 2015.

Promotoras Legais Populares
Maria Amélia de Almeida Teles
Crimeia Alice Schmidt de Almeida
Gisele Rodrigues
Lilian Aparecida de Araujo
Rute Alonso
Terezinha de Oliveira Gonzaga
Ticiane Vitória Figueiredo

Organismos de gestão e sociedade civil pedem permanência da SPM

Organismos de governo de Pernambuco e organizações da sociedade civil organizada divulgaram uma carta pública à presidenta Dilma Rousseff pela manutenção do status de ministério da Secretaria de Política para as mulheres. Com a fusão ministerial, a pasta seria incorporada ao Ministério da Cidadania, assim como as Secretarias de Promoção da Igualdade Racial e Direitos Humanos.

Leia abaixo a íntegra da Carta:

À Excelentíssima Sra. Presidenta da República Dilma Rousseff

A instituição de Organismos de Políticas Públicas para as Mulheres pelo Poder Executivo é uma proposta dos movimentos feministas e de mulheres que resistiram à ditadura, lutaram e lutam por um estado democrático que garanta a inclusão dos direitos das populações femininas em nosso país. Por este motivo, não podemos, não devemos e não vamos renunciar, em nenhuma hipótese, a esta estratégia de inclusão da causa das mulheres nos Poderes da República, necessária para transformar o Estado Brasileiro.

Um país signatário de acordos internacionais voltados para o empoderamento das mulheres e que possui uma legislação avançada como a Lei Maria da Penha e a Lei do Feminicídio, não pode abdicar de um instrumento político necessário à construção da igualdade entre homens e mulheres.

É preciso não perder de vista que esses organismos representam o compromisso do Estado Brasileiro, e não de um governo, com a reparação das desigualdades entre homens e mulheres, da mesma forma que sua quebra, representa o enfraquecimento extremo do governo que a propõe e executa.

Presidenta, querer brechar a função política e social das ações afirmativas em favor das mulheres, retira-nos dos nossos lugares conquistados com a redemocratização do país. Reduzir a nossa autonomia de ministério, subjugando-nos a construir uma gambiarra institucional, é reprimir a repercussão democratizante da igualdade no conjunto das relações sociais em todo território nacional. Esta é a motivação das forças retrógradas que defendem e exigem o fim destas políticas, mas essa execução não pode ser carimbada pela senhora. Hoje, a justificativa é a crise econômica. Em outros tempos, eram outros os argumentos; o desejo e a ética que os regem, continuam os mesmos.

É preciso coragem, determinação e resistência para enfrentar essas forças que há séculos oprimem e exploram as mulheres, as populações não brancas

e as minorias políticas. É com coragem, determinação e resistência que a sociedade civil permanece lutando para garantir representação dentro dos governos, no sentido de que suas questões sejam escutadas e contempladas pelas políticas públicas.

Presidenta, a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR), assim como a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), são resultados de séculos de lutas sociais protagonizadas pela maioria da população.

Os sujeitos políticos dessas conquistas são aliados, são irmãos na vivência cotidiana da violência opressora, mas fizeram a escolha política de enfrentar suas discriminações, constituindo-se em sujeitos independentes entre si, ou seja, titulares de causas específicas. Sua entrada no aparato do Estado, sua participação efetiva na governança, portanto, a sua inserção nas instâncias de decisão da administração pública deve preservar e definir de forma específica espaços, atribuições e recursos. Dessa forma, nada pode tirar de cada um desses segmentos o direito à autoria de suas lutas e de reafirmarem suas causas, exigindo o quinhão que lhes cabe dentro do governo, isto é, um ministério especializado.

É incoerente e desanimador que este protagonismo seja negligenciado, especialmente neste momento em que consolidamos avanços e, através das Conferências de Políticas Públicas para as Mulheres que acontecem em todo o país, nos referendamos e nos fortalecemos no firme propósito de alcançarmos “Mais direitos, participação e poder para as mulheres”, conforme tema pautado pela Conferência Nacional, convocada pela Presidência da República e coordenada pelo Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres e pela SPM-PR.

Neste perigoso cenário político para a democracia e o desenvolvimento do país, é inaceitável que haja retrocessos nesse campo, principalmente que a primeira mulher presidenta do Brasil entre para a história como a responsável pela extinção da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República.

Por tudo isso, nós mulheres que abaixo assinamos esse documento, exigimos

do Governo Federal um posicionamento em consonância com a construção de um país mais justo e igualitário.

Recife, Setembro de 2015

ASSINAM ESTA CARTA:

1. Articulação Brasileira de Lésbicas
2. Associação das Mulheres de Nazaré da Mata
3. Associação de Portadores de Mielomeningocele, Hidrocefalia e Transtornos Neurológicos Orando por Recuperação
4. Casa da Mulher do Nordeste
5. Centro das Mulheres da Vitória de Santo Antão
6. Centro das Mulheres de Pombos
7. Centro das Mulheres do Cabo
8. Centro de Prevenção às Dependências
9. Coletivo de Mulheres Casa Lilás
10. Coletivo de Lésbicas e de Mulheres Bissexuais de Pernambuco
11. Comissão de Mulheres Negras de Pernambuco
12. Comissão Permanente de Mulheres Rurais de Pernambuco
13. Comitê Interinstitucional Pró-Lésbicas e Mulheres Bissexuais
14. Conselho Estadual dos Direitos da Mulher de Pernambuco
15. Conselho Municipal da Mulher de Salvador
16. Fórum de Gestoras de Organismos Municipais de Políticas para as Mulheres de Pernambuco
17. Fórum LGBT de Pernambuco
18. Grupo da Melhor Idade Flor do Carmelo
19. Grupo de pesquisa Diversiones
20. Grupo Gaymado
21. Grupo LUAS
22. Instituto PAPAÍ
23. Marcha Mundial das Mulheres
24. Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste
25. ONG Leões do Norte
26. Secretaria da Mulher de Pernambuco
27. Sindicato das Costureiras do Estado de Pernambuco
28. Sindicato das Trabalhadoras Domésticas

- 29. União da Juventude Socialista de Pernambuco
- 30. União de Mulheres Brasileiras de Pernambuco
- 31. União de Negros pela Igualdade

[Carta Pública pela permanência da Secretaria de Políticas para as mulheres](#)
[Acesse a página no facebook](#)

Mônica Bergamo: bancada feminina manifesta inconformismo com extinção da SPM

(Folha de S. Paulo, 29/09/2015) Senadoras e deputadas procuraram Dilma para mostrar inconformismo com a extinção do ministério dedicado às mulheres. Disseram que nomear um homem - Miguel Rossetto - para comandar a pasta que cuidará do tema coroará a medida da pior maneira possível.

Acesse no site de origem: [Mônica Bergamo: bancada feminina manifesta inconformismo com extinção da SPM \(Folha de S. Paulo, 29/09/2015\)](#)

Movimentos sociais se opõem à

extinção da SPM, Seppir e SDH

Movimentos sociais emitiram notas em apoio à manutenção do status de Ministério das Secretarias de Políticas para as Mulheres, de Promoção da Igualdade Racial e de Direitos Humanos e contra a [possível fusão das referidas pastas](#) e criação de um Ministério da Cidadania.

Leia também:

[Mônica Bergamo: bancada feminina manifesta inconformismo com extinção da SPM](#)

[Juristas e especialistas consideram fusão ministerial “apagão histórico”](#)

[Feministas criticam ameaça de extinção da SPM, Seppir e SDH](#)

[Gestoras enviam carta à presidenta Dilma em defesa da SPM como ministério](#)

[Comissão da Mulher da Defensoria Pública manifesta preocupação pela possibilidade de extinção da Secretaria de Políticas para as Mulheres](#)

Confira abaixo as manifestações:

[“Extinguir as secretarias, assim como rebaixar nossos direitos, são medidas inaceitáveis”.](#)

AMB (*Articulação de Mulheres Brasileiras*)

[“Não existe bom governo feito de boas intenções, mas aqueles que se constituem promovendo o diálogo e participação social, e nos quais os interlocutores governamentais possui peso institucional, poder de decisão e capacidade para promover a transversalidade das políticas de promoção de igualdade”](#)

COJIRA (*Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial*)

[“A concretização de uma reforma ministerial nos moldes apresentados será, com certeza, um retrocesso em conquistas importantes no campo das políticas públicas e nas medidas jurídicas e legislativas que ajudaram o Brasil a compreender que o racismo existe e que a sua superação e a promoção da igualdade racial são fundamentais para seguir mudando a vida da população negra brasileira”.](#)

CONEN (*Coordenação Nacional de Entidades Negras*)

“O real compromisso do governo brasileiro com a igualdade de gênero e raça é determinante para avançarmos em uma sociedade livre do machismo, do racismo e com igualdade de oportunidades para todos e todas”

CUT (Central Única dos Trabalhadores)

“A conta desta crise não pode ficar nas costas do povo negro”.

Educafro (Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes - Rede de Pré-Vestibular Comunitário)

“Sabemos que somente o Estado atuando em conjunto com a sociedade civil organizada poderá construir uma nação onde as mulheres possam viver com autonomia e dignidade, a vida da população negra continue sendo valorizada e nós sejamos todas e todos reconhecidos como sujeitos políticos demandantes de políticas específicas rumo a igualdade”

Marcha Mundial das Mulheres

“Na recém-nascida construção de um governo comprometido com os setores mais sofridos de nossa população, momento histórico em que o país desperta com intensidade para a necessidade das políticas públicas específicas para as mulheres, manifestamos nossa decisão de defender a manutenção desta política”

Movimentos Sociais Negros

“Conquista do conjunto das mulheres brasileiras, ao transformar a SPM em apêndice de outro Ministério se atinge em cheio o protagonismo que esse organismo nacional vem exercendo em nosso país, na liderança pelo debate político acerca das desigualdades e da necessidade de uma atuação viva e forte em defesa das mulheres”

Rede Feminista de Saúde (Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos)

Nota da AMB sobre os rumos da Reforma Ministerial e possível Rebaixamento da Secretaria de Políticas para as Mulheres, SEPPIR e SDH

(AMB, 28/09/2015) Nós, da Articulação de Mulheres Brasileiras - AMB, tornamos pública nossa indignação sobre a forma como vem sendo conduzida a reforma ministerial em curso e os retrocessos que apontam. A grave crise que atravessamos deve ser enfrentada em diálogo com as forças sociais que historicamente vem lutando em defesa dos direitos, da democracia e da transformação social nesse país. Deve ser enfrentada com a taxaço das grandes fortunas, com medidas que caminhem para uma tributação mais progressiva, com a imposição de limites ao sangramento do fundo público pelo capital financeiro, com a manutenção dos direitos, de políticas públicas que promovam igualdade e de seus instrumentos fundamentais de realização.

Manifestamos nossa indignação frente a perspectiva de rebaixamento das Secretarias de Políticas para as Mulheres - SPM, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR e da Secretaria de Direitos Humanos - SDH na reforma ministerial. A criação destes Ministérios foi uma conquista histórica dos movimentos de mulheres e feministas, da população negra organizada e dos movimentos de direitos humanos. Estes Ministérios são instrumentos fundamentais para enfrentar desigualdades estruturantes da sociedade brasileira, que produzem, no cotidiano da maioria da população do país, situações permanentes de violação de direitos, opressão e violência. São instrumentos que fazem avançar a democratização do Estado brasileiro. Representam o reconhecimento histórico da pluralidade de sujeitos e das diferentes desigualdades de gênero, raça e classe que estruturam a

sociedade brasileira e cuja superação é condição para a garantia de uma igualdade substantiva.

A fusão dessas Secretarias em um único ministério representa, material e simbolicamente, um retrocesso histórico para os movimentos de mulheres brasileiras. Não podemos aceitar que, mais uma vez, nós mulheres paguemos pela crise, com nossos direitos, com nossa vida, sendo nós as que enfrentaremos, e já estamos enfrentando, as consequências mais duras desse processo nas nossas condições de vida.

Rebaixar instrumentos de luta pela democratização do Estado e pela garantia de direitos das mulheres, da juventude negra e todo o povo negro, e dos povos e comunidades tradicionais é desconhecer e atuar com descaso frente à violência praticada contra as mulheres, especialmente as mulheres negras, e frente ao genocídio da juventude negra e dos povos indígenas, e das comunidades tradicionais (que ocupam 1/4 do território nacional).

Extinguir as secretarias, assim como rebaixar nossos direitos, são medidas inaceitáveis, que produzirão retrocessos e perdas irreparáveis naquilo que recente e fragilmente conquistamos e aprofundarão o fosso das desigualdades de gênero e raciais no país, reforçando o poder da força conservadora e intolerante que vem crescendo no seio da sociedade e do estado brasileiro, cujos representantes nos partidos e Congresso têm pedido o fim destes ministérios desde sua instalação.

Igualmente repudiamos a retração na política pública de saúde, seja pelo corte de recursos orçamentários seja pela troca de ministro que na prática significa opção por outra linha de orientação para o SUS que não a perspectiva da saúde pública e universal pela qual lutamos e conquistamos na Constituição de 1988.

Nós, da Articulação de Mulheres Brasileiras - AMB, dizemos não, veementemente, a estes retrocessos!

Articulação de Mulheres Brasileiras - AMB, setembro de 2015.

Acesse no site de origem: [Nota da Articulação de Mulheres Brasileiras - AMB sobre os rumos da Reforma Ministerial e possível Rebaixamento da](#)

Querendo Negros nos Ministérios, Educafro faz carta aberta à presidenta Dilma e a todos os partidos da base aliada

(Educafro, 28/09/2015) Em três de dezembro de 2014, ao ser confirmada a sua reeleição, enviamos uma carta aberta à Presidenta DILMA perguntando: “DOS 39 MINISTÉRIOS DA ESPLANADA, QUANTOS TERÃO MINISTROS NEGROS/AS?” Qual foi a resposta do Governo?... Nesta terça, dia 28/9/2015, será fechada a SEPPIR, que tem status de Ministério, com a justificativa de combater a crise econômica do País. Como? A SEPPIR era o Ministério com a menor verba da esplanada!?! Com o seu fechamento, queremos que o novo órgão garanta e amplie os investimentos específicos para as políticas públicas de inclusão da população negra. Não aceitamos que o grande número de negros/as que entraram nas Universidades Federais pelas COTAS (com renda de um salário mínimo e meio - conforme definiu a lei de cotas), abandonem seus cursos por não receberem do Governo Federal bolsa moradia e alimentação.

O atual quadro deixado pela crise financeira, que abala o mundo e especialmente o Brasil, indica que é fundamental “enxugar a máquina pública”. A conta desta crise não pode ficar nas costas do povo negro. Nesta pesada estrutura pública, há muitos setores de onde cortar, tais como: mordomias com carros públicos usados individualmente ao invés de coletivamente; mordomias com apartamentos, etc. Os trabalhadores da sociedade civil não têm direito a estas mordomias. Por que os trabalhadores públicos de elite, que recebem altos salários, não são os primeiros a fazer o

sacrifício? O novo Partido Político da Espanha, o “PODEMOS”, iniciou sua reforma política por aí, cortando as mordomias dos cargos. Está recebendo aplausos incessantes! Por que os Partidos sérios que estão nos poderes Municipal, Estadual e Federal não começam a agir a exemplo do “PODEMOS”? Ao invés, cortam-se os investimentos no “FIES dos pobres”, no “Minha Casa Minha Vida”; e nas “bolsas moradia e alimentação dos universitários negros e pobres”... O Governo precisa cortar na sua própria carne, e não na comunidade negra! Especialmente neste momento em que a ONU acaba de decretar a “Década do afrodescendente 2015 - 2024”.

Nesta reforma ministerial de setembro/2015, solicitamos a Presidenta DILMA:

1 - Que seja mantida a SEPPIR, considerando que é um Ministério/Secretaria símbolo da luta histórica por políticas públicas empreendidas com determinação pelo povo negro, haja vista que é o Ministério que tem o menor orçamento entre todos, logo, seu fechamento não vai resolver a crise financeira do Brasil.

2 - Que, no “enxugamento dos Ministérios”, a Presidenta DILMA faça agora o que ainda não fez: QUEREMOS VER 3 NEGROS/AS COMPONDO A NOVA EQUIPE DE MINISTROS/AS NESTA REFORMA MINISTERIAL! Denunciamos o racismo institucional destacado na não escolha de negros/as para os cargos de Ministros/as

nos dois Governos da Presidenta da República. Nós, o povo negro, somos 53,7% do Brasil e a falta de representatividade revela o racismo institucional. Precisamos combater este e outros tipos de racismo que corroem a sociedade brasileira!

3 - Que o Governo nos atenda com TRÊS negros/as nos Ministérios, assim não teremos dificuldades em colaborar e compreender a fusão das Secretarias com status de Ministérios, compondo um único Ministério.

A EDUCAFRO denuncia o racismo presente em todos os partidos. Acabam de votar cotas para mulheres e nem se quer permitiram entrar em pauta as COTAS para negros! Conclamamos os partidos a reverem suas práticas e abrirem-se para as pautas da comunidade negra.

Assinam:

Frei David Santos OFM e os 50 ativistas presentes na militância em Brasília.

Nota pública da Conen: manter e fortalecer a secretaria de políticas de promoção da igualdade racial (SEPPIR)

(Coordenação Nacional de Entidades Negras, 28/09/2015) Apesar da manutenção do racismo e das desigualdades sociais, no Brasil a luta do Movimento Negro tem garantido mudanças na vida da população negra brasileira.

É através dessa luta que os governos de caráter democrático e popular dos municípios, dos estados e no âmbito federal, têm respondido a algumas de nossas reivindicações históricas e, diante do grave quadro de desigualdades socioeconômicas, em razão das diferenças raciais, implementam políticas para a superação do racismo e para a erradicação da pobreza em nosso país.

Mesmo valorizando nossos avanços e conquistas, no Brasil as desigualdades sociorraciais continuam imensas. Um país em que a representação da população negra nos espaços de poder e decisão é mínima, a discriminação racial e o preconceito ampliam as desigualdades sociais, regionais, de classe, geracionais e de gênero, porque são reforçadas, pelo racismo, pelo machismo e a homofobia.

É nesse contexto que a CONEN propôs e protagonizou a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial no governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, concretizada no dia 21 de março de

2003, Dia Internacional de Luta contra a Discriminação Racial.

Foi conseqüência dos acúmulos construídos pela luta de combate ao racismo em nosso país. Foi também uma resposta a um anseio histórico do movimento negro brasileiro, de implementar uma efetiva política de governo que comece a reparar a dívida social de mais de quinhentos anos com a população negra de nosso país.

Ao aceitar a proposta de criação da SEPPIR o Estado brasileiro reconhece a necessidade de políticas para a erradicação do racismo e da pobreza em nosso país.

Uma conquista ameaçada!

A Coordenação Nacional de Entidades Negras (CONEN), manifesta-se contrária a reforma ministerial que deverá ser anunciada nessa semana pelo Governo Federal. Segundo as notícias veiculadas na imprensa e nas redes sociais, importantes Ministérios e Secretarias, como as de Direitos Humanos, de Juventude, de Mulheres e da Promoção da Igualdade Racial estão entre as que serão atingidas por essa reforma.

Podem ser extintas ou então serão aglutinadas em um ministério “guarda-chuva”.

Qualquer dessas hipóteses representam um retrocesso para setores sub-representados na vida política nacional, a juventude, as mulheres, os negros e as negras. São minoritários no Congresso Nacional e nos ministérios só existe uma ministra negra que é exatamente a que cuida da pasta da igualdade racial.

Essa reforma, se concretizada, contraria a realidade política brasileira, na qual a pressão dos ativistas do combate ao racismo e feministas, no interior dos partidos políticos e na sociedade, tem ampliado a representação e participação de negros e mulheres, fazendo com que avance a compreensão de que a superação da opressão de classe não é suficiente para combater as contradições advindas das relações desiguais de raça e gênero.

Diminuirá os esforços empreendidos pela sociedade e os governos para apresentar medidas concretas para o enfrentamento aos homicídios de jovens negros e pobres, o extermínio da juventude negra e pobre nas periferias de

nossas cidades, pois coloca em risco uma ação que se inicia: o Plano Juventude Viva.

Para a população negra significará um retrocesso na afirmação de direitos sociais, culturais, políticos e econômicos; em nossos esforços para promover a inclusão social e a redução das desigualdades, garantir um projeto de desenvolvimento sustentável para o país com igualdade de gênero, raça e etnia; para implementar políticas para diminuir as desigualdades sócio-raciais e reduzir a imensa dívida histórica e social que a sociedade e o Estado têm para com essa população que é maioria no Brasil.

Atenderá mais os interesses dos setores de direita e conservadores que nas ruas tentam retroceder os direitos conquistados nos últimos anos.

Pouco impacto orçamentário terá nas nocivas medidas do ajuste econômico e fiscal em curso que implica, entre outras medidas negativas, em cortes nos programas sociais. Uma das justificativas apresentadas pelo governo federal para a redução do número de ministérios.

Manter a SEPPIR e impedir qualquer retrocesso em nossas conquistas

É importante destacar, ainda, que as ações e políticas da SEPPIR são executadas com maior ênfase para a população negra, mas também são dirigidas a outros segmentos étnicos afetados pela discriminação e demais formas de intolerância como ciganos, comunidade judaica e comunidade árabe-palestina.

É necessário que a SEPPIR continue a ser no governo da Presidenta Dilma Rousseff o centro da articulação, promoção e acompanhamento das políticas dirigidas a população negra. Com esse objetivo, é necessário que a Secretaria seja reestruturada através da ampliação de seu orçamento e de seus recursos materiais e humanos, de forma a ter maior capacidade técnica, política e institucional.

Para a CONEN a concretização de uma reforma ministerial nos moldes apresentados será, com certeza, um retrocesso em conquistas importantes no campo das políticas públicas e nas medidas jurídicas e legislativas que ajudaram o Brasil a compreender que o racismo existe e que a sua superação

e a promoção da igualdade racial são fundamentais para seguir mudando a vida da população negra brasileira.

Brasíl, 28 de Setembro de 2015.

Coordenação Nacional de Entidades Negras -CONEN

Consolidar as mudanças, ampliar as conquistas e impedir qualquer retrocesso!

Acesse no site de origem: [Nota pública da Conen: manter e fortalecer a secretaria de políticas de promoção da igualdade racial \(SEPPIR\)](#)